

ANEXO



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO E ESPORTO**

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A handwritten signature in blue ink is located in the bottom left corner of the page.

**JUNHO
2015**




LOURIVALDO SCHUELTER
Prefeito Municipal

ANA MERY WILLEMANN MEDEIROS
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto



COLABORADORES:

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto
Poder Legislativo Municipal
Sociedade civil organizada

Prefeitura Municipal de Rio Fortuna

Plano Municipal de Educação de Rio Fortuna / Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto. Rio Fortuna: 2015.

129 p.

1. Educação. 2. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto de Rio Fortuna (SC). I. Título.



APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Educação de Rio Fortuna para o decênio 2015–2024, documento ora apresentado, constitui-se em um planejamento de longo prazo, que abrange um conjunto de medidas para aperfeiçoar a participação cidadã, a gestão democrática, o financiamento da educação, a atualização do currículo, a valorização dos profissionais do magistério, entre outros, contendo metas e estratégias voltadas para a universalização, democratização da educação e oferta de uma educação de qualidade social, pautada nos valores humanos, na inclusão, igualdade, diversidade e promoção da justiça social.

A elaboração deste importante documento se fez necessário a partir da promulgação da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, sancionada pela Presidente da República que aprovava o Plano Nacional de Educação. Nesta condição, atribuiu-se a maior importância ao processo nacional educacional quando no município é que se operacionalizam as ações que constroem um estado e uma nação. Neste sentido, o Plano Municipal de Educação de Rio Fortuna desenvolveu-se no segundo semestre de 2014 e primeiro semestre de 2015, com as representações da Secretaria de Educação, do Conselho Municipal de Educação e de outros segmentos da sociedade civil organizada.

Na elaboração deste importante documento, foram realizados diagnósticos para verificar as necessidades educacionais da cidade, mediante discussões e debates realizados nas escolas, em reuniões com representantes de diferentes segmentos sociais, com vistas à construção de um plano que atendesse à realidade e às necessidades específicas do município, articulado com os Planos Nacional e Estadual de Educação. Esse processo está em consonância com as perspectivas atuais de definição das políticas educacionais no Brasil que, sobretudo nos últimos anos, recebeu uma influência decisiva de movimentos de mobilização da sociedade, no sentido de articular a educação com as políticas de Estado, resultante de uma ampla participação dos diversos setores da sociedade civil e política.

Ressalta-se que as metas e estratégias apontam para perspectivas transformadoras e emancipatórias para a educação do município, sendo delineadas com base na legislação educacional e na realidade municipal por meio de um mapeamento da situação socioeconômica, demográfica e, principalmente, educacional, assim como na identificação de problemas, dificuldades e avanços alcançados.

Assim, considerando o objetivo a que se propunha na elaboração do Plano Municipal de Educação, numa perspectiva de educação de qualidade, com vistas à implementação de políticas educacionais a partir de um processo de efetiva participação da sociedade, tem-se a convicção de que foi cumprido, tendo no texto produzido o resultado de um processo de construção coletiva entre os atores sociais ligados a educação ou que tenham alguma interface com ela, traduzindo os desejos de uma sociedade melhor, na perspectiva de uma cidade que vislumbrou ser uma cidade educadora.

ANA MERY WILLEMANN MEDEIROS

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto



LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: População residente no município por faixa etária 2000 / 2010	16
GRÁFICO 2: Taxa de crescimento anual 2000 / 2010.....	16
GRÁFICO 3: Culturas de rebanho 2011	18
GRÁFICO 4: Participação dos setores econômicos no PIB 2010.....	19
GRÁFICO 5: Taxa de crescimento do PIB por setor econômico 2006 / 2010	19
GRÁFICO 6: Taxa de analfabetismo de pessoas com 10 anos ou mais 2010	20
GRÁFICO 7: Percentual de crianças não atendidas na rede educacional 2010.....	20
GRÁFICO 8: Taxa de distorção idade série no Ensino Fundamental e Médio 2012	21
GRÁFICO 9: Distribuição das principais despesas 2011.....	22
GRÁFICO 10: Percentual de crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola	32
GRÁFICO 11: Percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola	32
GRÁFICO 12: Percentual da população de 6 a 14 anos que frequentam a escola ..	37
GRÁFICO 13: Percentual de pessoas de 16 anos com pelo menos o Ensino Fundamental concluído	37
GRÁFICO 14: Taxa de alfabetização de crianças que concluíram o 3º ano do Ensino Fundamental	37
GRÁFICO 15: Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentam a escola	42
GRÁFICO 16: Taxa líquida de matrículas no ensino médio.....	42
GRÁFICO 17: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos	49
GRÁFICO 18: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural	49
GRÁFICO 19: Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres.....	49
GRÁFICO 20: Diferença entre a escolaridade média da população negra e da população não negra de 18 a 29 anos	50
GRÁFICO 21: Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais.....	50
GRÁFICO 22: Percentual da população de 15 anos ou mais sem os anos iniciais do Ensino Fundamental concluído.....	50
GRÁFICO 23: Percentual de matrículas de Educação de Jovens e Adultos na forma integrada à educação profissional	50

GRÁFICO 24: Percentual da população de 4 a 17 anos com necessidades educativas especiais que frequenta a escola	60
GRÁFICO 25: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação <i>latu senso</i> ou <i>stricto sensu</i>	71

GRÁFICO 24: Percentual da população de 4 a 17 anos com necessidades educativas especiais que frequenta a escola	60
GRÁFICO 25: Percentual de professores da educação básica com pós-graduação <i>latu senso</i> ou <i>stricto sensu</i>	71



LISTA DE TABELAS

TABELA 1: População - Faixa etária/localização/2010.....	22
TABELA 2: PIB / IDH / Taxa de analfabetismo	22
TABELA 3: Taxa de escolarização	22
TABELA 4: Prova Brasil – Rede estadual.....	23
TABELA 5: Prova Brasil - Rede municipal	23
TABELA 6: Escolas por etapa de ensino - Rede estadual.....	23
TABELA 7: Escolas por etapa de ensino - Rede municipal	23
TABELA 8: Número de matrículas - Rede estadual.....	24
TABELA 9: Número de matrículas - Rede municipal	25
TABELA 10: Formação docente - Rede estadual	25
TABELA 11: Formação docente - Rede municipal.....	26
TABELA 12: Taxas de rendimento - Rede estadual	27
TABELA 13: Taxas de rendimento - Rede municipal.....	28
TABELA 14: Número de escolas em área específica	29
TABELA 15: Índices do IDEB – Rede pública.....	29
TABELA 16: Quadro geral de matrículas entre 2011 a 2014.....	29
TABELA 17: Centros de Educação Infantil por rede de ensino	34
TABELA 18: Matrículas por rede de ensino na Educação Infantil.....	34
TABELA 19: Número de Instituições de Ensino Fundamental.....	39
TABELA 20: Matrículas por rede de ensino no Ensino Fundamental	39
TABELA 21: Número de reprovação no ensino no Ensino Fundamental	39
TABELA 22: Número de instituições de Ensino Médio	43
TABELA 23: Número de matrículas no Ensino Médio por rede de ensino.....	43
TABELA 24: Número de matrículas EJA	43
TABELA 25: Instituições e número de acadêmicos	46
TABELA 26: Clientela de educação de jovens e adultos.....	51
TABELA 27: Produtos adquiridos através do ProInfo	56
TABELA 28: Escolas atendidas pelo programa Sala de Recursos	56
TABELA 29: Número de alunos matriculados em 2011.....	61
TABELA 30: Número de alunos matriculados em 2012.....	61
TABELA 31: Número de alunos matriculados em 2013.....	62



TABELA 32: Número de alunos matriculados em 2014.....	62
TABELA 33: Número de matrículas APAE 2011/2014.....	63
TABELA 34: Instituições de cursos profissionalizantes	67
TABELA 35: Atual quadro de funcionários municipais da educação – 2014	71
TABELA 36: Demais funcionários da educação e em cargos comissionados 2014 .	72
TABELA 37: Sistema e habilitação	75
TABELA 38: Prestação de Contas.....	75
TABELA 39: Escolas beneficiadas pelo PDDE.....	76
TABELA 40: Transferências constitucionais 2011	77
TABELA 41: Transferências constitucionais 2012	77
TABELA 42: Transferências constitucionais 2013	78
TABELA 43: Transferências constitucionais 2014	78
TABELA 44: Investimento anual do município em educação	79
TABELA 45: Receitas do município para educação	79
TABELA 46: Despesa do município para educação	80
TABELA 47: Despesas com educação por categoria econômica.....	82
TABELA 48: Despesas de capital.....	82



SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	05
LISTA DE TABELAS.....	07
INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I: CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	13
1.1 Histórico.....	13
1.2 Aspectos físico-geográficos.....	14
1.3 Aspectos físico-econômicos	17
CAPÍTULO II: NÍVEIS DE ENSINO	30
2.1 Educação infantil	30
2.1.1 Diagnóstico	30
2.1.2 Diretrizes	35
2.2 Ensino fundamental.....	36
2.2.1 Diagnóstico	36
2.2.2 Diretrizes	40
2.3 Ensino médio.....	41
2.3.1 Diagnóstico	41
2.3.2 Diretrizes	43
2.4 Ensino superior e pós-graduação.....	45
2.4.1 Diagnóstico	45
2.4.2 Diretrizes	46
CAPÍTULO III: MODALIDADES DE ENSINO	48
3.1 Educação de jovens e adultos (EJA).....	48
3.1.1 Diagnóstico	49
3.1.2 Diretrizes	53
3.2 Educação a distância e tecnologias educacionais.....	53
3.2.1 Diagnóstico	53
3.2.2 Diretrizes	57

3.3 Educação especial	59
3.3.1 Diagnóstico	59
3.3.2 Diretrizes	64
3.4 Educação profissional e tecnológica	66
3.4.1 Diagnóstico	66
3.4.2 Diretrizes	68
CAPÍTULO IV: FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO	70
4.1 Diagnóstico	70
4.2 Diretrizes	72
CAPÍTULO V: FINANCIAMENTO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO	74
5.1 Diagnóstico	74
5.2 Diretrizes	82
CAPÍTULO VI: METAS E ESTRATÉGIAS	84
CAPÍTULO VII: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO	122
REFERÊNCIAS	124
ANEXO	126



INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Educação (PME) caracteriza-se por ser um plano global da educação, por isso necessita de articulação dos diversos setores da administração pública e da sociedade na sua discussão e elaboração a fim de se alcançar o ideal de educação para todos.

O plano não é um documento declarativo, nem tampouco uma carta de intenções elaborada pelos responsáveis políticos do município com fins explicitamente temporais. Trata-se da construção de um projeto que visa à integração de dinâmicas relacionadas com as iniciativas de todos os membros da comunidade educativa, tendo por finalidade principal dotar os estabelecimentos de ensino em diferentes níveis e modalidades de um recurso que favoreça a relação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto com a comunidade.

Assim, o Plano Municipal de Educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, passa a priorizar as seguintes diretrizes:

- erradicação do analfabetismo;
- universalização do atendimento escolar;
- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- melhoria da qualidade da educação;
- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país;
- estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto (PIB), que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- valorização dos(as) profissionais da educação;
- promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Além destas, tem como fundamento as vinte metas gerais da Lei nº



13.005/2014 do Plano Nacional de Educação.

No que tange aos níveis e modalidades de competência municipal, como prevê a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as metas foram reestruturadas de forma efetiva e direta, tendo em vista que cabe ao município ofertar a Educação Infantil, Ensino Fundamental e suas modalidades. Nos demais níveis e modalidades, as metas serão efetivadas na forma de regime de colaboração entre as entidades mantenedoras.

O presente plano está articulado aos demais instrumentos de planejamento, tendo levado a análise os insumos necessários para a sua execução, bem como constar nos orçamentos da união e dos estados para que estes apoiem técnica e financeiramente o município. Neste sentido, cabe ao poder executivo do município vincular ao plano decenal de educação, o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a Lei Orçamentária Anual (LOA), o Plano de Ações Articuladas (PAR), entre outros.

Salienta-se que este plano, como Projeto de Lei, está sujeito à aprovação da Câmara Municipal, portanto é de extrema importância destacar que as várias metas e suas respectivas estratégias propostas neste documento não se regulamentam por si só, mas necessitam de regulamentação própria, a ser estabelecida posteriormente.



CAPÍTULO I - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

1.1 Histórico

A colonização das terras que hoje pertencem a Rio Fortuna iniciou por volta do ano de 1872, com filhos de imigrantes vindos, em grande maioria, de São Bonifácio. Em menor quantia, vieram descendentes de alemães de Anitápolis, Teresópolis, Tubarão e São Pedro do Capivari (atual Armazém). Ao chegarem às terras de Rio Fortuna, os pioneiros da colonização se depararam com outros habitantes: os índios pertencentes à tribo *Xokleng*, que foram os primeiros moradores do município.

Os pioneiros colonizadores se estabeleceram nas regiões que hoje pertencem ao perímetro urbano de Rio Fortuna, mais especificamente no local conhecido como Encruzo (Rua Padre Auling com Augusto Ricken). O desbravamento do interior ocorreu apenas mais tarde. Uma das primeiras comunidades a receber novos moradores foi São Maurício (na divisa com Braço do Norte) e Rio Bravo Baixo, por volta de 1880. Os povoamentos de Rio Café, Rio Pinto e Rio Branco iniciaram no final do século XIX (1898), assim como o Alto Rio Fortuna (1900). Já as demais comunidades começaram a ser habitadas apenas no início do século XX, Rio Claro (1914), Rio Chapéu (1920), Barra do Rio Chapéu (1920), Rio Facão (1920) e Rio dos Bugres (1921).

Juntamente com os primeiros imigrantes que vieram colonizar a região de Rio Fortuna, também se encontravam açorianos vindos de São Pedro do Capivari, estes desbravadores tinham na caça, abundante na região, seu sustento. Conta-se que foi em uma dessas caçadas que teve origem o nome da cidade.

Na época, topógrafos da Empresa de Terras e Colonização estavam na região para demarcar as terras para os colonos. Com o auxílio de caçadores, os topógrafos mataram duas antas. Os animais caíram no rio, que até então não tinha denominação. Diante da façanha, os caçadores exclamaram: *Glückfluss* (Que Fortuna! Rio da Sorte). Assim o rio recebeu o nome de Fortuna que posteriormente



seria o nome da cidade.

A principal atividade dos pioneiros foi a agricultura e pecuária, ainda de fundamental importância para Rio Fortuna. A maioria dos produtos da terra eram vendidos na cidade de Laguna. Lá era comercializada a banha, a carne de porco **salgada**, o charque, o toucinho, o feijão, o milho e a batata inglesa produzidos nestas terras. A partir de 1910, a população passou a comercializar nos municípios de Armazém, Gravatal e Braço do Norte. Em Rio Fortuna, no final do século XIX existiam apenas duas “bodegas”; uma perto da igreja católica e outra dos protestantes.

Em 1909, mais especificamente em 15 de abril, por meio do decreto número 789, Rio Fortuna passou a condição de distrito pertencente ao município de Imaruí. Como distrito, a localidade pouco evoluiu, sendo distante da sede, para onde a população se dirigia apenas para pagar os impostos. Em 1921, com a assinatura da lei número 107, de 3 de janeiro, foi criado o Distrito de Rio Fortuna, agora pertencente ao município de Tubarão. Para a população, uma das poucas diferenças foi no local de recolhimento dos impostos. A região também passou a ter um intendente.

Pelo decreto lei número 86, de 31 de março de 1938, a sede foi elevada à categoria de vila de Tubarão. Rio Fortuna passou a ser distrito do recém-criado município de Braço do Norte pela lei estadual número 1.022, de 30 de dezembro de 1953. Enquanto pertenceu à cidade vizinha, Rio Fortuna passou a ter direito a representante na Câmara de Vereadores. Em 1958, pela lei estadual 348, de 21 de junho, foi emancipado, passando a ter independência administrativa e mais verbas. Adolfo Boeing foi nomeado prefeito interino por seis meses, até Marcos Vandresen ser eleito para o cargo.

1.2 Aspectos físico-geográficos

Rio Fortuna é um município brasileiro do estado de Santa Catarina, localizado na microrregião do Vale do Tubarão, a uma latitude 28°07'52" sul e longitude de 49°06'19" oeste, estando a uma altitude de 130 metros, contemplado por muitos rios e córregos.



Com área territorial de 302,867 Km², situado na região das planícies litorâneas ou Zonas Costeiras, sendo dividida em 16 comunidades, a saber, Alto Rio Fortuna, Alto Rio Pequeno (Serrinha), Barra do Rio Chapéu, Bracinho do Rio dos Bugres, Boa Vista, Rio Areão, Rio Azedo, Rio Branco, Rio Bravo Baixo, Rio Café, Rio Chapéu, Rio Claro, Rio dos Bugres, Rio Facão, Rio Otília e Rio Pinto.

O município tem limites ao Norte com Santa Rosa de Lima; ao Sul com Grão Pará, Braço do Norte e Armazém; a Leste com São Martinho, e a Oeste com Urubici e Grão Pará.

Na região sul existe planícies extensas, com costas altimétricas inferiores a 100 metros. Predomina nesta região os solos hidromórficos e os solos arenosos, salientando-se o desenvolvimento das dunas. Dentre os materiais de origem predominam-se o basalto e as rochas sedimentares.

Os rios que banham o município desembocam na Vertente do Atlântico, que corre para leste em direção ao Oceano Atlântico, merecendo destaque os rios: Braço do Norte, Fortuna, Claro, Bravo, Branco, Pinto, Café, Otília, Facão, dos Bugres, Bracinho do Rio dos Bugres, Chapéu, Espraiado, Areão e Azedo.

O clima é classificado como mesotérmico úmido, sem estação seca, com verões quentes, apresentando uma temperatura média anual de 20°C e uma precipitação total anual entre 1400 mm. As temperaturas médias giram entre 35°C a máxima e 8°C a mínima. Esta característica climática favorece a vegetação marcada pelos serrados e mata atlântica.

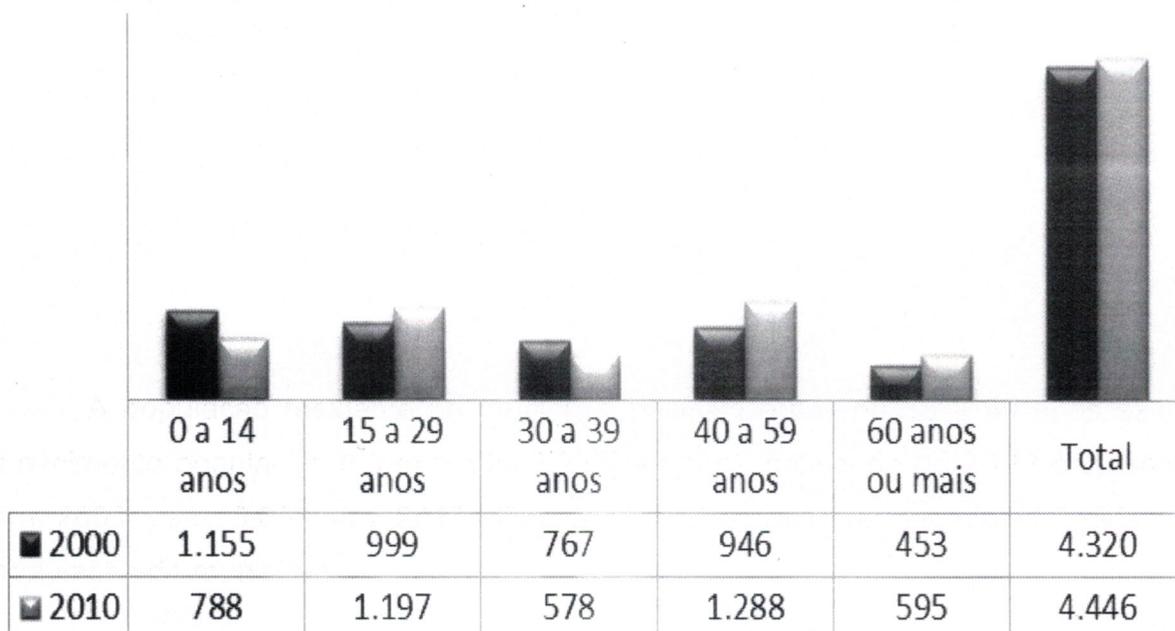
Cercada por belos vales e montanhas, ao pé da Serra Geral, a pequena Rio Fortuna fica a cerca 200 quilômetros da capital Florianópolis. De acordo com o Censo Demográfico de 2010, a população do município era igual a 4.446 habitantes. Com 34,26% das pessoas residentes em área urbana e 65,74% em área rural. A estrutura demográfica também apresentou mudanças no município. Entre 2000 e 2010 foi verificada ampliação da população idosa que cresceu 2,76% em média ao ano. Em 2000, este grupo representava 10,5% da população, já em 2010 detinha 13,4% do total da população municipal.

O segmento etário de 0 a 14 anos registrou crescimento negativo entre 2000 e 2010, com média de -3,75% ao ano. Crianças e jovens detinham 26,7% do contingente populacional em 2000, o que correspondia a 1.155 habitantes. Em 2010, a participação deste grupo reduziu para 17,7% da população, totalizando 788 habitantes.



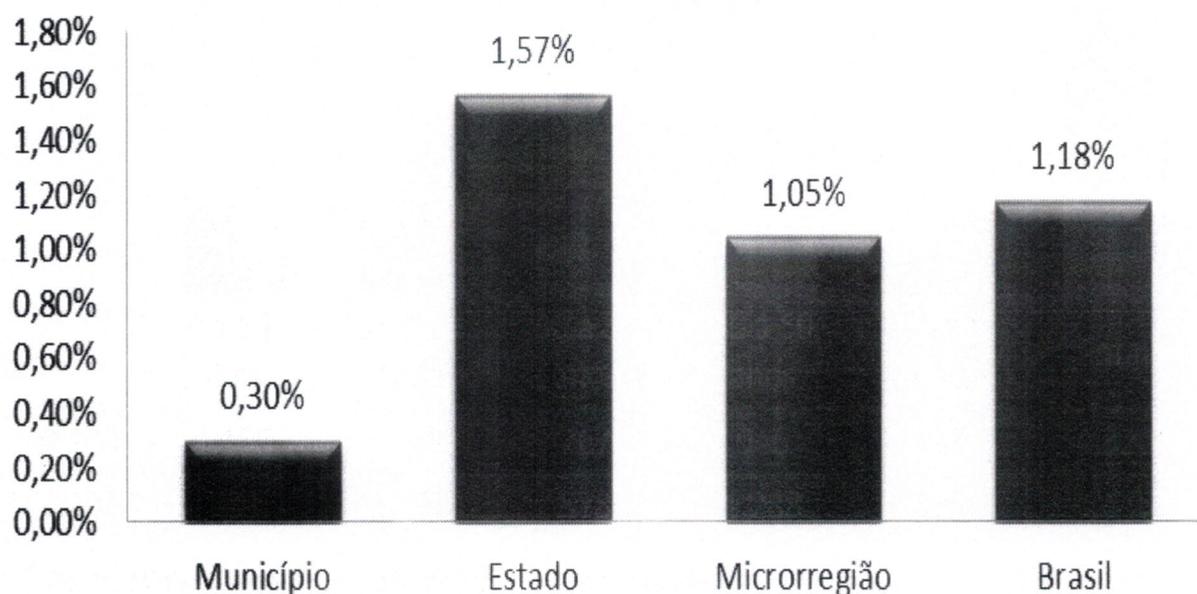
A população residente no município na faixa etária de 15 a 59 anos exibiu crescimento populacional (em média 1,22% ao ano), passando de 2.712 habitantes em 2000 para 3.063 em 2010. Em 2010, este grupo representava 68,9% da população do município.

GRÁFICO 1: População residente no município por faixa etária 2000 / 2010



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GRÁFICO 2: Taxa de crescimento anual 2000 / 2010



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

1.3 Aspectos físico-econômicos

A diversificação agrícola é uma das características do município, com o cultivo de fumo, madeiras (eucalipto e pinus) e a criação de peixes, aves, suínos e bovinos. Na economia, a cidade é destaque no setor leiteiro, desde a produção do leite até o processamento da matéria-prima, transformada em queijos, bebidas lácteas, doce de leite, entre outros. Na indústria também é forte a presença do setor madeireiro e fabricação de móveis.

Ressalta-se que a base econômica do município está calcada na agricultura familiar e pecuária (principalmente leiteira, sendo o município um dos maiores produtores de leite no estado) com destaque também para o cultivo de fumo, milho, feijão e florestas de pinus e eucalipto; e na indústria de transformação, com empresas de laticínios e madeireiras sendo as principais fontes de oportunidade de trabalho urbano.

Nos últimos anos, algumas famílias começaram a se dedicar à piscicultura. Um dos objetivos das administrações é investir na instalação de novas empresas no município, com a concessão de incentivos fiscais.

Nos últimos anos, deu-se início à utilização das águas dos rios para produção de energia. Somente às margens do rio Braço do Norte, que corta a cidade, são três Pequenas Centrais Elétricas (PCHs) construídas.

Rio Fortuna possui ainda inúmeros pontos turísticos não explorados, como fontes de águas termais, cachoeiras, rios e belos montes e montanhas. Dos pontos mais altos da cidade, é possível avistar os paredões da Serra Geral. Belezas que encantam aos olhos de quem as vêem, mas que ainda não oferecem acesso facilitado, nem estrutura adequada.

Atualmente está sendo construída uma escola técnica regional no município. O CEDUP virá para atender uma antiga reivindicação regional, a capacitação profissional dos jovens para melhor trabalhar na agricultura familiar e para especializarem-se para as agroindústrias regionais que atuam mais diretamente no beneficiamento de leite, carnes e madeiras.

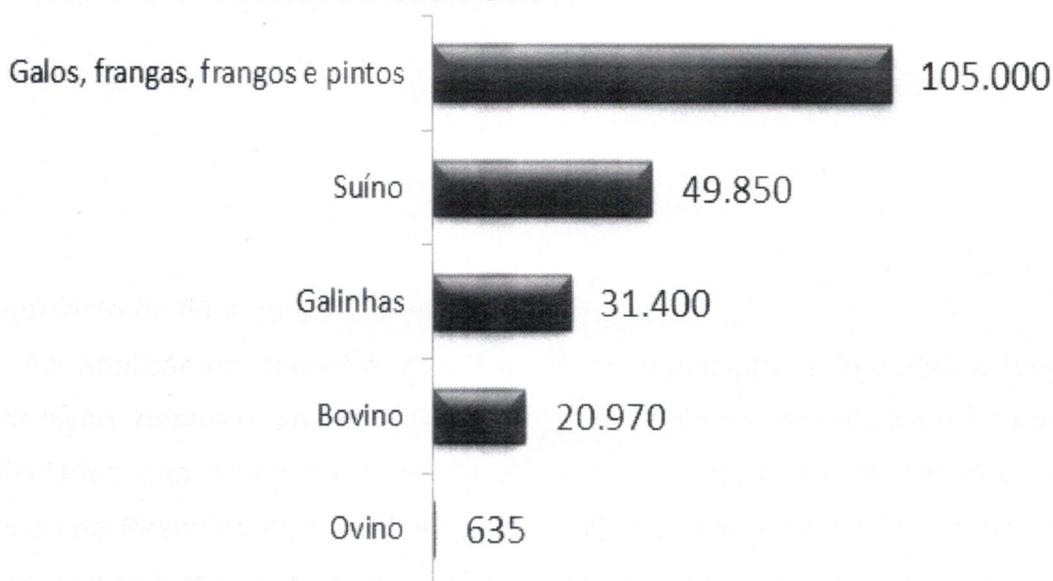
O município conta com uma das maiores reservas de fluorita, mineral este de grande valor econômico, pois além de sua utilização na indústria siderúrgica, é a



principal fonte de flúor para a indústria química.

Ao analisar os aspectos econômicos do município, é importante levar em consideração, dentre outros fatores, a sua capacidade de geração de renda através de atividades nas áreas da pecuária e agricultura. No caso da pecuária, dados coletados na Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, referentes a 2011, apontam que as principais culturas de rebanho local são as indicadas no gráfico a seguir.

GRÁFICO 3: Culturas de rebanho 2011



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Além do campo da pecuária, a supracitada pesquisa também fornece índices acerca da área de agricultura local. Neste caso, foram coletados dados acerca das principais culturas de agricultura do município, divididas entre aquelas permanentes e aquelas temporárias.

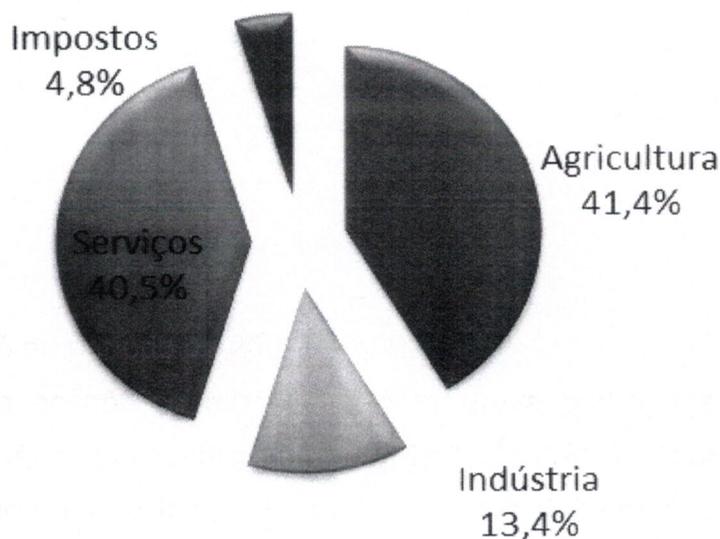
O município possuía 657 agricultores familiares em 2006, que correspondia a 82% dos seus produtores. Esses agricultores familiares acessavam a 59% da área, ocupavam 80% da mão de obra do setor e participavam com 77% do valor da produção agropecuária municipal. Atualmente, 524 agricultores familiares estão cadastrados com DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) no município.

Entre 2005 e 2009, segundo o IBGE, o Produto Interno Bruto (PIB) do município cresceu 71,3%, passando de R\$ 46,1 milhões para R\$ 79,0 milhões. O crescimento percentual foi superior ao verificado no estado que foi de 52,1%. A participação do PIB do município na composição do PIB estadual aumentou de

0,05% para 0,06% no período de 2005 a 2009.

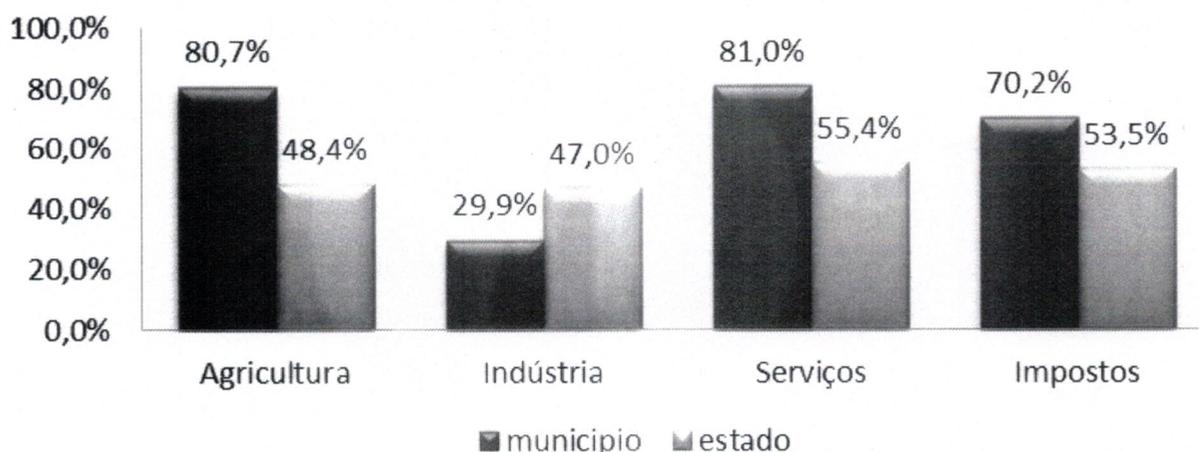
A estrutura econômica municipal demonstrava participação expressiva do setor de agropecuário, o qual responde por 41,4% do PIB municipal. Cabe destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB nos dados de 2010 é de 13,4%, representando crescimento na ordem de 29,9%.

GRÁFICO 4: Participação dos setores econômicos no PIB 2010



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GRÁFICO 5: Taxa de crescimento do PIB por setor econômico 2006 / 2010

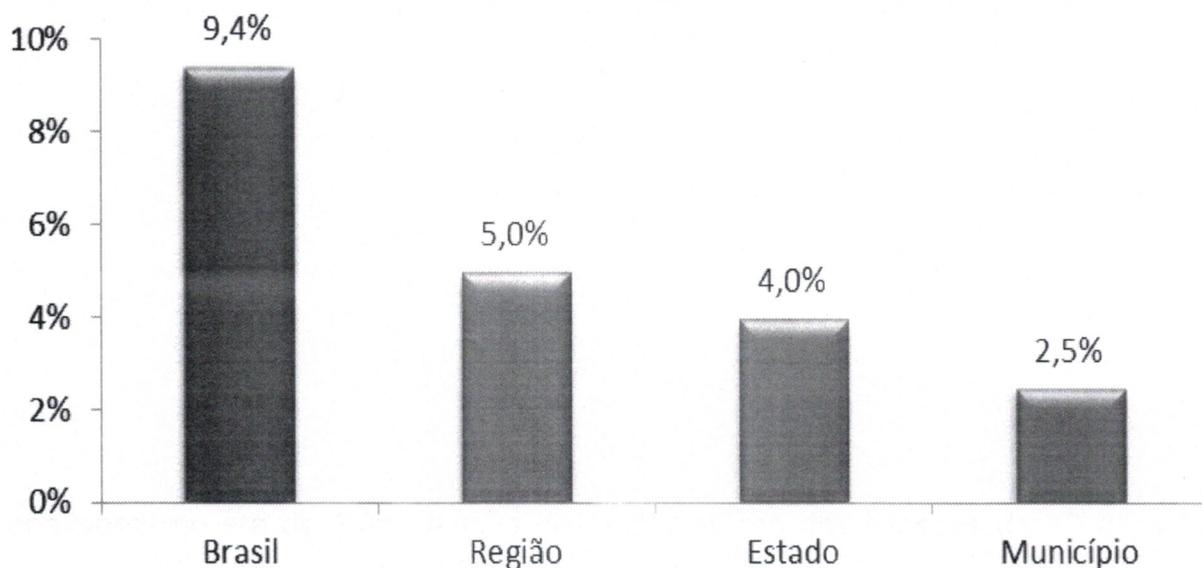


Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

De acordo com dados do INEP em 2010, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais era de 2,7%. Na área urbana, a taxa era de 1,5% e na zona rural era de 3,4%. Entre adolescentes de 10 a 14 anos, a taxa de

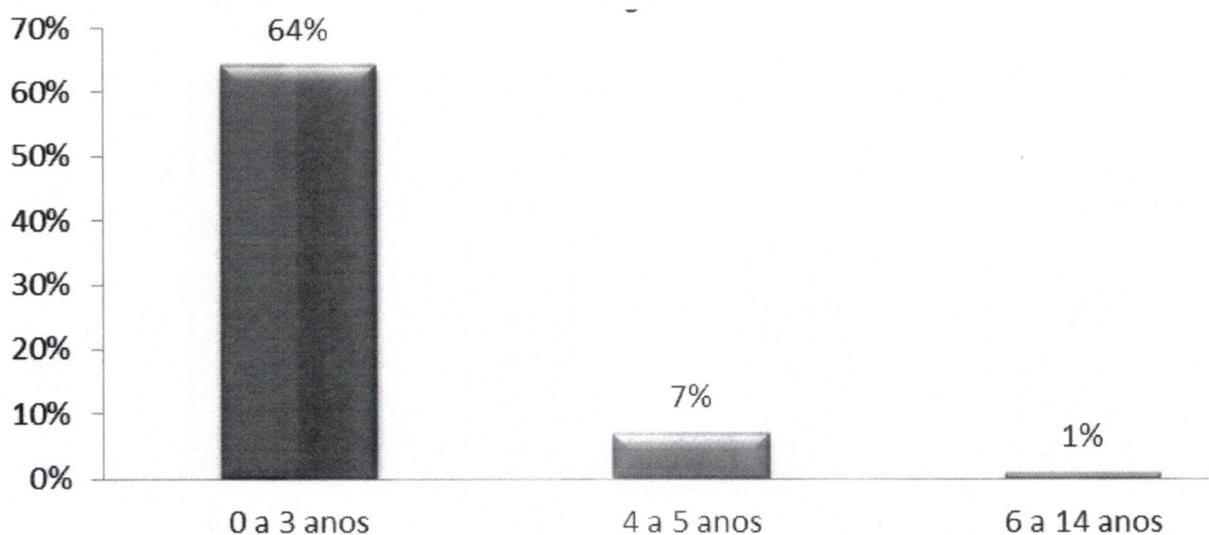
analfabetismo era de 1,0%. A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais no município é menor que a taxa do estado.

GRÁFICO 6: Taxa de analfabetismo de pessoas com 10 anos ou mais 2010



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

GRÁFICO 7: Percentual de crianças não atendidas na rede educacional 2010

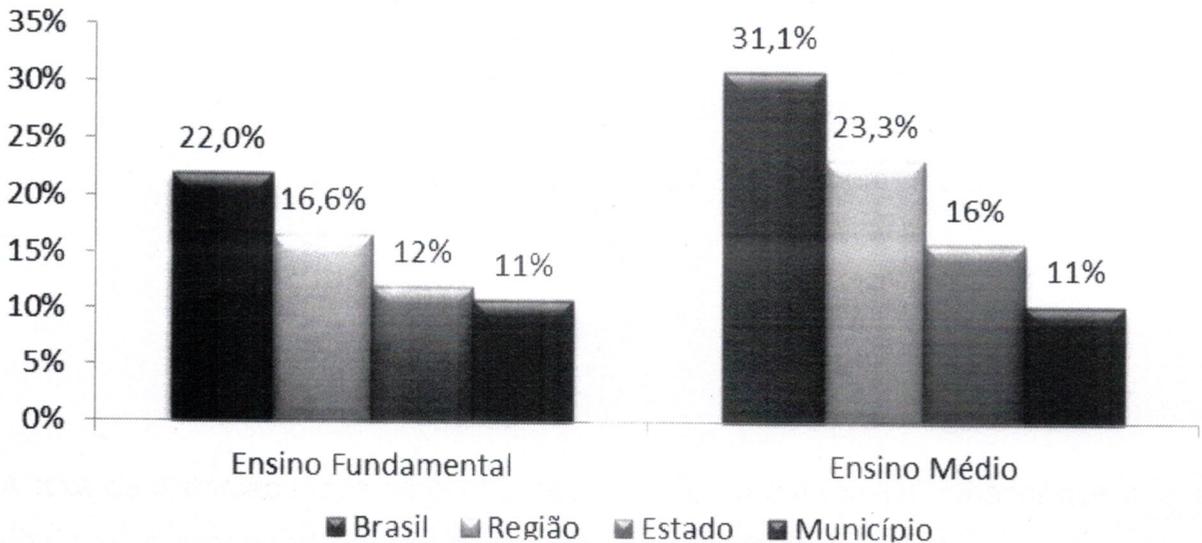


Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Ainda de acordo com dados do INEP, em 2012, a taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental foi de 5,7% do 1º ao 5º ano e de 15% do 6º ao 9º ano. A taxa de distorção idade-série no Ensino Fundamental municipal foi menor, quando comparada às taxas da região sul, menor que a do estado e menor que a do Brasil.

A taxa de distorção idade-série no Ensino Médio do município foi menor que a taxa do Brasil, menor que a da região e menor que a do estado.

GRÁFICO 8: Taxa de distorção idade série no Ensino Fundamental e Médio 2012



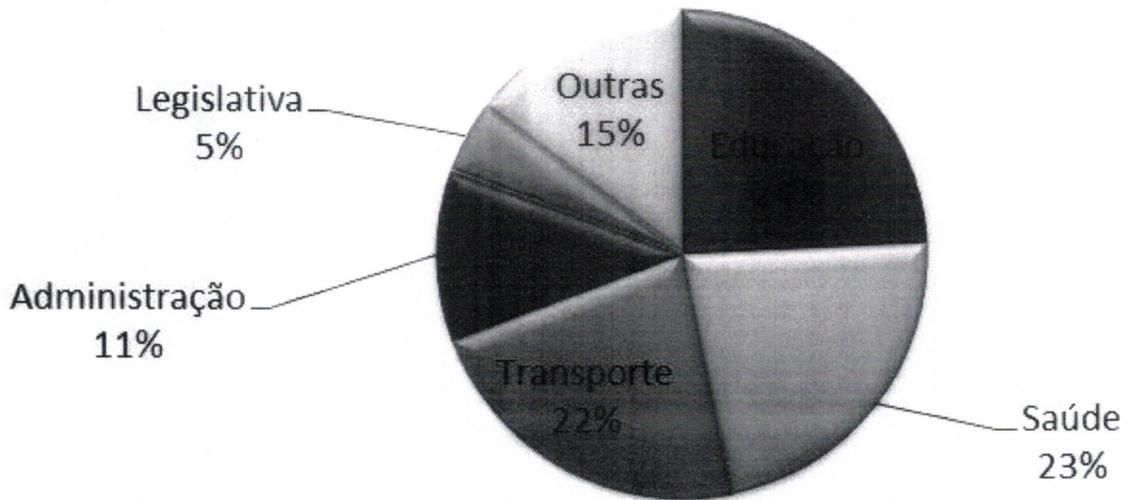
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Quanto as finanças públicas do município, observa-se que a receita orçamentária passou de R\$ 5,2 milhões em 2005 para R\$ 8,9 milhões em 2011, o que retrata uma alta de 72,3% no período ou 14,57% ao ano. A proporção das receitas próprias, ou seja, geradas a partir das atividades econômicas do município, em relação à receita orçamentária total, passou de 4,16% em 2005 para 14,98% em 2011, e quando se analisa todos os municípios do estado juntos, a proporção aumentou de 27,43% para 28,20%.

A dependência em relação ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) diminuiu no município, passando de 47,46% da receita orçamentária em 2005 para 41,15% em 2011. Essa dependência foi superior àquela registrada para todos os municípios do estado, que ficou em 18,40% em 2011.

As despesas com educação, saúde, transporte, administração e legislativa foram responsáveis por 90,88% das despesas municipais. Em assistência social, as despesas alcançaram 1,74% do orçamento total, valor esse inferior à média de todos os municípios do estado, de 3,11%.

GRÁFICO 9: Distribuição das principais despesas 2011



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Outras características sociais de Rio Fortuna podem ser melhor visualizadas a partir das tabelas a seguir:

TABELA 1: População - Faixa etária/localização/2010

	IDADE						
	0 à 3	4 à 5	6 à 14	15 à 17	18 à 24	25 à 35	+ de 35
URBANA	58	30	162	81	224	234	734
RURAL	128	76	325	159	367	405	1.463

Fonte: SIMEC, 2014.

TABELA 2: PIB / IDH / Taxa de analfabetismo

PIB	IDH	IDI	TAXA DE ANÁLFABETISMO	
			10 à 15 anos	15 anos ou mais
64.803	0.82	0.86	1.00	4.40

Fonte: SIMEC, 2014.

TABELA 3: Taxa de escolarização

FUNDAMENTAL (7 a 14 anos)	ENSINO MÉDIO (15 a 17 anos)
82.22	57.20

Fonte: SIMEC, 2014.

TABELA 4: Prova Brasil – Rede estadual

SÉRIE/ANO	ANO	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	PADRONIZAÇÃO MATEMÁTICA	PADRONIZAÇÃO LÍNGUA PORTUGUESA
4ª SÉRIE / 5º ANO	2005	198.41	173.68	5.28	4.53
	2007	183.49	172.02	4.71	4.47
	2009	226.06	177.01	6.34	4.65
8ª SÉRIE / 9º ANO	2005	252.25	217.97	5.08	3.93
	2007	254.21	232.44	5.14	4.41
	2009	273.36	254.47	5.78	5.15

Fonte: SIMEC, 2014.

TABELA 5: Prova Brasil - Rede municipal

SÉRIE/ANO	ANO	MATEMÁTICA	LÍNGUA PORTUGUESA	PADRONIZAÇÃO MATEMÁTICA	PADRONIZAÇÃO LÍNGUA PORTUGUESA
4ª SÉRIE / 5º ANO	2005	193.46	179.74	5.09	4.75
	2007	201.62	171.77	5.41	4.46
	2009	219.51	191.90	6.09	5.20
8ª SÉRIE / 9º ANO	2005	-	-	-	-
	2007	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-

Fonte: SIMEC, 2014.

TABELA 6: Escolas por etapa de ensino - Rede estadual

ANO	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	0	0	0	1	0	1	1	0	1
2011	0	0	0	1	0	1	1	0	1
2012	0	0	0	1	0	1	1	0	1
2013	0	0	0	1	0	1	1	0	1
2014	0	0	0	1	0	1	1	0	1

Fonte: SIMEC, 2014.

TABELA 7: Escolas por etapa de ensino - Rede municipal

ANO	Educação Infantil			Ensino Fundamental		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	1	0	1	1	1	2
2011	1	0	1	1	1	2
2012	2	0	2	1	1	2
2013	2	0	2	1	0	1
2014	2	0	2	1	0	1

Fonte: SIMEC, 2014.

TABELA 8: Número de matrículas - Rede estadual

ETAPA	ANO	MATRÍCULAS		TOTAL
		URBANA	RURAL	
Creche	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
	2014	-	-	-
Pré-escola	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
	2014	-	-	-
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2010	-	-	-
	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
	2014	-	-	-
Anos Finais do Ensino Fundamental	2011	260	-	260
	2012	264	-	264
	2013	243	-	243
	2014	221	-	221
EJA - Fundamental - Anos Finais e Ensino Médio Presencial e semipresencial	2011	120	-	120
	2012	140	-	140
	2013	47	-	47
	2014	60	-	60
Ensino Médio	2011	202	-	202
	2012	135	-	135
	2013	158	-	158
	2014	147	-	147

Fonte: SIMEC, 2014.

TABELA 9: Número de matrículas - Rede municipal

ETAPA	ANO	MATRÍCULAS		TOTAL
		URBANA	RURAL	
Creche	2011	105	-	105
	2012	134	-	134
	2013	157	-	157
	2014	159	-	159
Pré-escola	2011	93	-	93
	2012	87	-	87
	2013	97	-	97
	2014	110	-	110
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2011	231	09	240
	2012	225	05	230
	2013	231	-	231
	2014	239	-	239
Anos Finais do Ensino Fundamental	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
	2014	-	-	-
Ensino Médio	2011	-	-	-
	2012	-	-	-
	2013	-	-	-
	2014	-	-	-

Fonte: SIMEC, 2014.

TABELA 10: Formação docente - Rede estadual

ETAPA	ANO	FORMAÇÃO				
		LICENCIATURA	GRADUAÇÃO	ENSINO MÉDIO	NORMAL MÉDIO	SEM ENSINO MÉDIO
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2010	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-
Anos Finais do Ensino Fundamental	2010	16	16	-	-	-
	2011	17	17	-	-	-
	2012	18	18	1	-	-
	2013	17	-	17	-	1
Ensino Médio	2010	16	16	1	-	-
	2011	16	16	1	-	-
	2012	13	13	2	-	-
	2013	16	-	16	1	-
EJA	2010	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-

Fonte: SIMEC, 2014.

TABELA 11: Formação docente - Rede municipal

ETAPA	ANO	FORMAÇÃO				
		LICENCIATURA	GRADUAÇÃO	ENSINO MÉDIO	NORMAL MÉDIO	SEM ENSINO MÉDIO
Creche	2010	7	7	1	-	-
	2011	13	13	1	-	-
	2012	8	8	-	-	-
	2013	11	-	11	-	-
Pré-escola	2010	7	7	-	-	-
	2011	7	7	-	-	-
	2012	9	9	-	-	-
	2013	6	1	7	-	-
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	2010	16	16	-	-	-
	2011	14	14	1	-	-
	2012	17	17	-	-	-
	2013	14	3	17	-	1
Anos Finais do Ensino Fundamental	2010	-	-	-	-	-
	2011	1	1	-	-	-
	2012	1	1	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-
Ensino Médio	2010	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-
EJA	2010	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-

Fonte: SIMEC, 2014.

TABELA 12: Taxas de rendimento - Rede estadual

SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série / 2º ano do EF	2009	0.00	-	0.00	-	0.00	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-

2ª série / 3º ano do EF	2009	0.00	-	0.00	-	0.00	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
3ª série / 4º ano do EF	2009	0.00	-	0.00	-	0.00	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
4ª série / 5º ano do EF	2009	95.50	-	4.50	-	0.00	-
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
5ª série / 6º ano do EF	2009	74.70	-	24.10	-	1.20	-
	2010	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2011	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2012	100.00	-	0.00	-	0.00	-
6ª série / 7º ano do EF	2009	77.80	-	22.20	-	0.00	-
	2010	88.00	-	12.00	-	0.00	-
	2011	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2012	100.00	-	0.00	-	0.00	-
7ª série / 8º ano do EF	2009	93.40	-	6.60	-	0.00	-
	2010	90.70	-	9.30	-	0.00	-
	2011	92.40	-	6.10	-	1.50	-
	2012	98.60	-	1.40	-	0.00	-
8ª série / 9º ano do EF	2009	94.10	-	5.90	-	0.00	-
	2010	97.20	-	2.80	-	0.00	-
	2011	72.50	-	27.50	-	0.00	-
	2012	97.70	-	2.30	-	0.00	-
1º ano do EM	2009	81.70	-	13.40	-	4.90	-
	2010	84.30	-	14.30	-	1.40	-
	2011	80.60	-	11.10	-	8.30	-
	2012	76.50	-	11.80	-	11.80	-
2º ano do EM	2009	93.70	-	4.80	-	1.50	-
	2010	90.90	-	7.60	-	1.50	-
	2011	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2012	98.20	-	1.80	-	0.00	-
3º ano do EM	2009	89.10	-	6.30	-	4.60	-
	2010	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2011	100.00	-	0.00	-	0.00	-
	2012	98.30	-	1.70	-	0.00	-

Fonte: SIMEC, 2014.

TABELA 13: Taxas de rendimento - Rede municipal

SÉRIE/ANO	Ano	Taxa Aprovação		Taxa Reprovação		Taxa Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série / 2º ano do EF	2009	91.70	100.00	8.30	0.00	0.00	0.00
	2010	88.20	-	11.80	-	0.00	-
	2011	93.30	-	6.70	-	0.00	-
	2012	85.70	100.00	14.30	0.00	0.00	0.00
2ª série / 3º ano do EF	2009	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	97.90	100.00	2.10	0.00	0.00	0.00
	2011	96.80	-	3.20	-	0.00	-
	2012	93.10	-	6.90	-	0.00	-
3ª série / 4º ano do EF	2009	98.20	100.00	1.80	0.00	0.00	0.00
	2010	88.10	100.00	11.90	0.00	0.00	0.00
	2011	86.50	100.00	13.50	0.00	0.00	0.00
	2012	100.00	-	0.00	-	0.00	-
4ª série / 5º ano do EF	2009	81.10	0.00	18.90	100.00	0.00	0.00
	2010	86.40	75.00	13.60	25.00	0.00	0.00
	2011	100.00	100.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2012	95.70	100.00	4.30	0.00	0.00	0.00
5ª série / 6º ano do EF	2009	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
6ª série / 7º ano do EF	2009	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
7ª série / 8º ano do EF	2009	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-
8ª série / 9º ano do EF	2009	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
	2010	-	-	-	-	-	-
	2011	-	-	-	-	-	-
	2012	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIMEC, 2014.

TABELA 14: Número de escolas por área específica

ÁREAS	Ano	REDE ESTADUAL	REDE MUNICIPAL
Escola do Campo	2010	-	1
	2011	-	1
	2012	-	1
	2013	-	-
Escola Comunidade Indígena	2010	-	-
	2011	-	-
	2012	-	-
	2013	-	-
Escola Comunidade Quilombola	2010	-	-
	2011	-	-
	2012	-	-
	2013	-	-

Fonte: SIMEC, 2014.

TABELA 15: Índices do IDEB – Rede pública

ANO	MUNICIPAL		ESTADUAL	
	4ª Série / 5º Ano	8ª Série / 9º Ano	4ª Série / 5º Ano	8ª Série / 9º Ano
2007	4.4	-	-	4.5
2009	5.0	-	-	4.6
2011	5.8	-	-	4.8
2013	5.9	-	-	3.7

Fonte: MEC, 2014

TABELA 16: Quadro geral de matrículas entre 2011 a 2014

ANO	CRECHE	EI	E.F	E.M	EJA
2011	105	93	491	211	120
2012	134	87	489	135	140
2013	164	90	474	158	47
2014	157	109	460	147	60

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto, 2014.

CAPÍTULO II - NÍVEIS DE ENSINO

2.1 Educação Infantil

2.1.1 Diagnóstico

A educação das crianças de zero a seis anos, ao longo da história, vem se caracterizando como uma necessidade para suprir a falta dos pais, devido à inserção destes no mercado de trabalho. A partir do século XIX, como reflexo da revolução industrial na Europa, ocorreu grande procura de mão de obra, não só masculina, como também feminina, com jornada diária de até 18 horas de trabalho. As transformações econômicas, culturais e políticas trouxeram modificações no papel da mulher na sociedade, justificando a origem das creches.

Com a chegada dos imigrantes europeus ao Brasil e devido ao crescente processo de industrialização, começaram a surgir reivindicações e movimentos de protesto pela exploração de trabalhos, ausência de creches e ausência de outros benefícios trabalhistas, ocasionando assim a gradativa implantação de creches para os filhos de mães operárias. A concepção era assistencialista, com o objetivo de combater a mortalidade infantil da época.

Simultaneamente, há o surgimento das pré-escolas (jardins de infância) privadas, dirigidas à população mais abastada economicamente, com uma “finalidade pedagógica”. Ao longo da história, a Educação Infantil foi determinada por momentos que trouxeram modificações no seu papel, que aos poucos foram destacando a importância do atendimento à criança.

Em Rio Fortuna, a história da Educação Infantil não se diferencia deste contexto. Sua origem está baseada em uma visão assistencialista, sem preocupar-se com os aspectos pedagógicos. Porém, após o disposto na LDB 9.394/96, art. 89, “as creches e pré-escolas existentes ou que venham a ser criadas, deverão, no prazo de três anos, a contar da publicação desta lei, integrar-se ao respectivo sistema de ensino”. Sendo assim, a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto, assumiu a administração da Educação Infantil, tendo como um dos maiores desafios buscar soluções educativas para superar o enfoque



assistencialista e construir uma proposta pedagógica que integrasse cuidado e educação. Essa nova dimensão de Educação Infantil deu ao Conselho Municipal de Educação de Rio Fortuna, a incumbência de definir e formular as diretrizes, normas e supervisão, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do trabalho.

Com a Constituição Federal de 1988 e a LDB (Lei 9.394/96), novas exigências têm se apresentado para as instituições de Educação Infantil, provocando uma série de mudanças na sua estruturação, organização e finalidade. Uma destas mudanças diz respeito à concepção de que esse segmento se constitui como primeira etapa da Educação Básica, isto é, como direito da criança à educação e não apenas dos pais ou responsáveis trabalhadores.

No que diz respeito às condições de funcionamento é importante reconhecer que, na rede pública, existe não só boas condições de funcionamento (infraestrutura, projeto pedagógico e qualificação profissional), mas também aspectos deficitários. Essas condições incluem qualificação profissional, condições dos prédios (iluminação, ventilação, rede elétrica e hidráulica, segurança, instalações sanitárias, instalações da cozinha e do lactário, entre outros), dos pátios, dos equipamentos e mobiliários, do material pedagógico, dos brinquedos e das relações e atividades propiciadas pelos adultos às crianças.

A Educação Infantil no município de Rio Fortuna é atendida somente pela rede municipal. Segundo dados da prefeitura, em 2014, o município possuía aproximadamente 225 crianças com idade de 0 à 4 anos. Neste cenário, a Educação Infantil no município é atendida por duas unidades da rede pública municipal, totalizando uma demanda de aproximadamente 266 crianças de 0 a 5 anos.

Todos os professores que atendem a Educação Infantil possuem formação adequada, sendo que a maioria possui graduação com licenciatura e especialização *latu senso* na área de atuação.

Na rede municipal os prédios, equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos são mantidos pelo poder público municipal. A alimentação das crianças é acompanhada, programada e supervisionada por uma nutricionista.

No curso desse plano, novas soluções deverão ser encontradas para a realização de um trabalho dentro dos parâmetros de qualidade na Educação Infantil e isso inclui pensar e buscar atender as demandas, investir na qualidade do espaço físico, materiais pedagógicos adequados e a formação continuada dos profissionais.

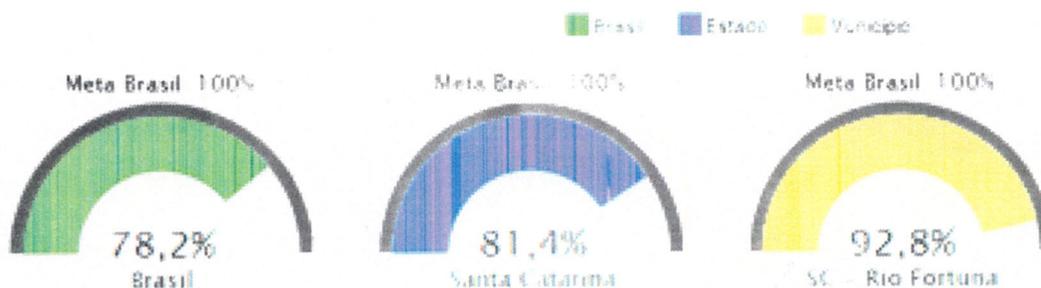
Refletido numa proposta pedagógica voltada ao desenvolvimento integral das



crianças, é essencial garantir instituições de qualidade, principalmente quando se detecta que, de forma geral, as infraestruturas das unidades de Educação Infantil do município estão em boas condições, restando algumas observações quanto a necessidade de adaptação dos sanitários para crianças; enquadramento da infraestrutura nos padrões de acessibilidade e necessidade de aquisições e/ou melhorias nos mobiliários e equipamentos.

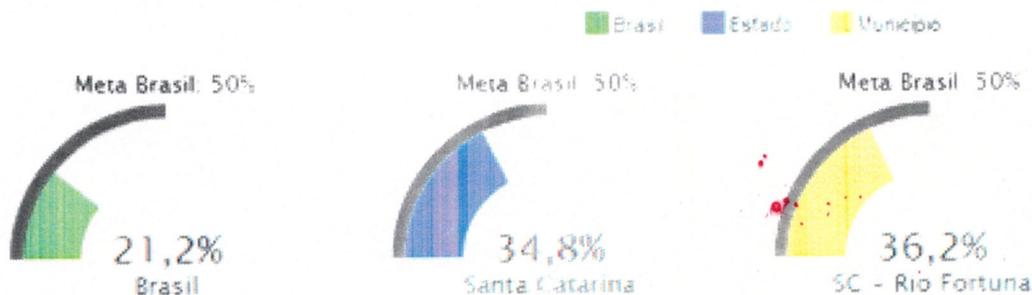
Quanto a relação oferta e demanda, fins atender a meta 1 do Plano Nacional de Educação, é necessário atenção aos gráficos a seguir:

GRÁFICO 10: Percentual de crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola



Fonte: IBGE

GRÁFICO 11: Percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam escola



Fonte: IBGE

Para melhor compreensão da realidade de oferta neste nível de ensino no município se faz necessário um diagnóstico mais individualizado por instituição. Assim a rede pública municipal dispõe das seguintes unidades escolares:

- **Centro de Educação Infantil Cantinho da Criança**

A unidade teve sua criação autorizada por lei municipal nº 473 de dezembro de 1987, tendo como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto. A unidade escolar atende crianças de 4 a 6 anos e

para tal desenvolvem-se práticas pedagógicas baseadas principalmente na concepção sóciointeracionista, fundamentada nas diretrizes municipais e na Proposta Curricular de Santa Catarina.

Está localizado na Avenida Sete de Setembro, sn, no centro do município, com área construída de 1.408 m². O CEI tem sua infraestrutura compartilhada com a Escola Municipal Professor José Boeing, possuindo 13 salas de aula padrão; 01 laboratório de informática; 01 sala de vídeo; 01 sala de direção; 01 secretaria; 01 sala de professores; 01 sala de especialistas; 01 biblioteca; 01 cozinha; 01 depósito de merenda; 01 área de serviço; 06 banheiros masculinos; 06 banheiros femininos; 01 banheiro para professores e funcionários; 01 pátio coberto; 01 escovódromo; 01 parque e uma quadra coberta.

Além dos móveis característicos de uma unidade escolar possui 02 televisores; 02 aparelhos de DVD; 08 microssistem com CD; 01 câmera digital; 04 retroprojetores; 07 aparelhos telefônicos; 20 computadores; 03 impressoras a laser; 01 scanner; 03 geladeiras; 01 fogão industrial; 01 forno elétrico; 01 batedeira; 01 liquidificador; 01 forno micro-ondas; 03 ventiladores de parede e 20 condicionadores de ar.

• Centro de Educação Infantil Analíria Willemann de Freitas

A unidade teve sua criação autorizada pela lei municipal nº 1431 de 11 de maio de 2012, tendo como entidade mantenedora a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto. A unidade escolar atende crianças de 0 a 3 anos e para tal desenvolvem-se práticas pedagógicas baseadas principalmente na concepção sóciointeracionista, fundamentada nas diretrizes municipais e na Proposta Curricular de Santa Catarina.

Está localizado na rua Bernardo Hemkemeier, sn, no centro do município, em terreno de 2.800 m², com área construída de 1.211,92 m². Possui 08 salas de aula padrão; 01 sala de direção; 01 secretaria; 01 sala de professores; 01 cozinha; 01 depósito de merenda; 01 área de serviço; 01 banheiro masculino; 01 banheiro feminino; 02 banheiros para deficientes físicos; 02 banheiros para professores e funcionários; 01 almoxarifado; 01 vestiário masculino; 01 vestiário feminino.

Além dos móveis característicos de uma unidade escolar possui 05 televisores; 10 aparelhos de DVD; 02 câmeras digitais; 04 aparelhos telefônicos; 01 computador; 01 impressora matricial; 01 impressora jato de tinta; 01 scanner; 01

freezer; 03 geladeiras; 01 fogão industrial; 01 forno elétrico; 01 forno a gás; 01 batedeira; 02 liquidificadores; 03 boleiras; 03 fornos micro-ondas; 06 bebedouros; 10 ventiladores de parede; 01 ventilador de mesa; 15 câmaras de monitoramento; 11 condicionadores de ar, 01 máquina de cortar grama e 01 secadora de roupas;

Outros dados quantitativos da Educação Infantil do município podem ser visualizados com as tabelas a seguir:

TABELA 17: Centros de Educação Infantil por rede de ensino

REDE	2011	2012	2013	2014
MUNICIPAL	01	01	02	02
ESTADUAL	00	00	00	00
PARTICULAR	00	00	00	00
TOTAL	01	01	02	02

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto, 2014.

TABELA 18: Matrículas por rede de ensino na Educação Infantil

REDE	2011	2012	2013	2014
MUNICIPAL	198	221	254	266
ESTADUAL	00	00	00	00
PARTICULAR	00	00	00	00
TOTAL	198	221	254	266

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo e Desporto, 2014.

Entender a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, certamente não é um movimento natural, mas histórico, passando pela própria concepção de criança dentro da sociedade brasileira e mundial. A legislação vigente vem reforçar este enfoque quando estabelece uma idade para o ser humano ser considerado criança.

E, tão importante quanto compreender o papel da Educação Infantil como parte do Ensino Básico é não perder de vista que os conflitos e contradições inerentes à sociedade atual podem ser lidos como resultados de processos de mudanças extremamente aceleradas no campo econômico, nos meios de produção materiais e tecnológicos. No entanto, vale ressaltar que estas mudanças não se processam no campo da cultura, do conhecimento, da educação em seu sentido

mais amplo, com a mesma velocidade.

2.1.2 Diretrizes

A Educação Infantil, ofertada no município, pauta-se na Constituição Federal, artigo 205, onde é vista como um direito de todos, inclusive das crianças de zero a seis anos, conforme reforça o artigo 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. E conforme o artigo 7, inciso XXV dos Direitos Sociais, todo trabalhador urbano ou rural tem direito a “assistência gratuita aos filhos e dependentes, desde o nascimento, até os seis anos de idade em creches e pré-escolas.”

Conforme a Lei Orgânica Municipal é dever do município que a educação seja efetivada em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade. Portanto, cabe ao município atender a Educação Infantil, com a colaboração da sociedade e cooperação técnica e financeira da união e do estado buscando o pleno desenvolvimento da pessoa.

Ainda em legislação pertinente, de acordo com o artigo 389, parágrafo 1º e 2º, da CLT “Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido deixar, sob vigilância e assistência, os seus filhos no período de amamentação”. Mais ainda, a Educação Infantil, na LDB, é considerada, a primeira etapa da Educação Básica. Isto se encontra ressaltado no artigo 29, onde se lê que ela “[...] tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.”

Além da LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Federal nº 3.069/90, enfatiza a Educação Infantil como dever do Estado. Para garantir a Educação Infantil, é necessário o regime de cooperação entre união, estado e município. As legislações vigentes dispõe que a união e o estado devem exercer a ação supletiva junto aos municípios que apresentem maiores necessidades técnicas e financeiras. Contudo, a responsabilidade maior é da esfera municipal que deve cooperar com 10% dos recursos.

